

OUTUBRO 2019

Diretor:
João Dias da Silva

Jornal
online

Federação Nacional
da Educação



VII CONVENÇÃO
NACIONAL

P.3 À P.8

26 - Out. 19

EUROPARQUE
SANTA MARIA DA FEIRA



APOIO:



AFIET



santa maria da feira câmara municipal

ORGANIZAÇÃO:



ANDAEP



FNAEBS



e ditorial

O INÍCIO DA NOVA LEGISLATURA E OS DESAFIOS MAIS URGENTES

Sai este número do jornal da FNE no momento em que decorre na Assembleia da República a discussão do Programa do XXII Governo Constitucional no início da XIV Legislatura.

A FNE lançou no início do mês de setembro o seu contributo para esta Legislatura, o qual integra 10 medidas para os primeiros 100 dias do novo Governo e já pediu reuniões, quer com os Grupos Parlamentares e Partidos com representação parlamentar, quer com os Ministros da Educação, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Modernização do Estado e da Administração Pública, para fazer a entrega desse documento e para explicitar as suas mais fortes preocupações.

É deste modo que a FNE se posiciona construtivamente para que, em sede de negociação e de concertação, se ataquem o mais rapidamente possível os problemas que afetam a educação em Portugal, renovando a confiança nos seus profissionais. A FNE quer contribuir para que se cumpra o direito que os portugueses têm a uma educação de qualidade, assegurada por profissionais docentes e não docentes prestigiados, reconhecidos, dignificados e devidamente valorizados.

Esta é uma oportunidade para que se dê concretização à afirmação que a FNE assume com clareza naquele Roteiro para a Legislatura de que só pode haver tolerância zero para a violência em contexto escolar. Aliás, esta é uma matéria complexa, sensível e de difícil intervenção, até porque o combate à violência em contexto escolar está indissociavelmente ligado a questões sociais mais vastas que impõem políticas de maior coesão social. É por isso que as propostas da FNE incluem vários níveis e dimensões, a que temos agora de acrescentar com maior cuidado as questões do bullying e do cyber-bullying. Do que temos a certeza é que não pode continuar a aumentar o índice de violência em contexto escolar, por muito que o Governo queira fazer crer que é residual. Como em muitas outras circunstâncias, um evento de violência numa escola já é demais e por isso inaceitável.

Esta é também uma oportunidade para que se determinem políticas coerentes que visem a valorização da profissão docente, assegurando em simultâneo o seu rejuvenescimento. Também sobre estas matérias a FNE tem propostas concretas, bem como para orientações políticas consistentes que diminuam ou eliminem os fatores que hoje de uma forma muito marcante retiram atratividade à profissão docente.

Uma área que carece também de intervenção urgente é a da organização do tempo de trabalho docente, com a clarificação e adequação da dimensão e do conteúdo das componentes letiva e não letiva, eliminando a sistemática ultrapassagem dos seus limites, com claro prejuízo para as condições de vida e de estabilidade emocional destes profissionais.

Por outro lado, a definitiva eliminação da crónica insuficiência de trabalhadores não docentes precisa de medidas concretas que não se limitem ao anúncio sucessivo de abertura de novas contratações destes trabalhadores que acabam sempre por se revelar insuficientes para que as escolas disponham dos recursos de que efetivamente precisam para assegurarem as suas responsabilidades. Matéria que se articula obviamente com a necessidade de se valorizarem estes trabalhadores, através do reconhecimento dos conteúdos específicos da sua atividade e por essa razão a determinação das respetivas carreiras especiais.

A revisão da Portaria de rácios enquadra-se também nesta linha de intervenção urgente, de modo que as escolas estejam dotadas dos recursos humanos que garantam a disponibilização de uma oferta educativa de qualidade.

Estes são desafios urgentes que a FNE entende que devem ter tratamento o mais rapidamente possível no início desta Legislatura. E este Governo, particularmente até porque mantém genericamente os seus responsáveis máximos, não vai ter de começar a estudar estes assuntos, até porque eles transitam do governo anterior, sem solução. Pelo contrário, tem a responsabilidade de agora os resolver.

Pela nossa parte, estamos prontos para contribuir para que estes desafios sejam superados.

João Dias da Silva
Secretário-Geral



NESTA EDIÇÃO

P.2 - EDITORIAL | **P.9 À P.15** - PROFESSORES CELEBRAM O SEU DIA MUNDIAL COM DESFILE EM LISBOA | **P.16, P.17** - SETÚBAL RECEBEU CAMPANHA AGIMOS JUNTOS | **P.18, P.19** - PROFESSORES VOLTARAM À GREVE AO TRABALHO EXTRAORDINÁRIO | **P.20**- FNE SUBLINHOU A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO SOCIAL | **P.21** - O DIA NACIONAL DO PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO – PND | **P.22 À P.25** - DIGNIFICAR O DIÁLOGO SOCIAL E A NEGOCIAÇÃO COLETIVA | **P.26, P.27** - FNE NO 4º FÓRUM DO EQAVET EM HELSÍNQUIA | **P.28** - FNE NA MACEDÓNIA DO NORTE COM A ALIANÇA EUROPEIA PARA A APRENDIZAGEM | **P.29, P.30** - DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA SETEMBRO DE 2019 | **P.31 À P.33** - +VANTAGENS FNE



VII CONVENÇÃO NACIONAL

26 - Out. 19

EUROPARQUE
SANTA MARIA DA FEIRA



DESAFIOS E EXIGÊNCIAS
DA ESCOLA PARA TODOS

APOIO:



ORGANIZAÇÃO:



Libertar o secundário da prisão do acesso ao superior pela via da inclusão



O Europarque, em Santa Maria da Feira, recebeu a VII Convenção Nacional coorganizada pela Federação Nacional da Educação (FNE), Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP), Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP) e Federação Nacional das Associações de Estudantes dos Ensinos Básico e Secundário (FNAEBS), e que contou com a participação de cerca de duas centenas de participantes entre Pais, Professores, Diretores e Alunos vindos de todo o país.

A manhã da Convenção contou no seu início com um momento musical, com Daniel Padrão na guitarra e Margarida Duarte no violino, a interpretarem dois temas, momento que antecedeu a sessão de abertura que esteve a cargo de Filinto Lima (Presidente

da ANDAEP), Hugo Barreto (Presidente da FNAEBS) e Emídio Sousa (Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira -CMSMF).

Nestas palavras de boas-vindas aos presentes, todos concordaram na partilha da ideia de que investir na educação passa por tratar bem e valorizar os seus

profissionais, além de ser necessário definir e discutir nesta nova legislatura, como frisou o Dr. Emídio Sousa, a questão da descentralização de competências que pode ser realizada, mas “tendo em conta que os municípios sejam dotados de capacidade financeira adequada a esse novo desafio”.





O primeiro painel do dia incidiu sobre o tema “Libertar o Sistema Educativo da Prisão do Acesso ao Ensino Superior” e teve o Professor Doutor José Matias Alves, da Universidade Católica do Porto, coadjuvado por Alexandre Dias (FNE) e Álvaro Almeida Santos (ANDAEP) na mesa de debate.

Através de algumas interpelações sobre o ensino secundário como a não continuidade devido à exclusão de acesso a cursos por décimas; a prisão a uma lógica formal, academizante e seletiva; a ideia criada de um futuro que para a maioria não vai existir e a ausência de resposta ao desenvolvimento dos alunos no nível pessoal, social, cívico e educacional, Matias Alves lançou a sua participação nesta conferência identificando, em seguida, a "prisão" do ensino secundário como um sistema de acesso que não prepara para a vida nem para a frequência do Ensino Superior, que institui uma sequencialidade regressiva do sistema educativo e que apesar de ser catalogado como "superior", transforma os outros em "estudos menores".

E segundo o professor da Universidade Católica tudo isto culmina em redução das aprendizagens vitais [só vale a pena ser ensinado e aprendido o que é passível de "sair" no exame, empobrecimento das aprendizagens [saberes e disposições essenciais são alienados das práticas educativas] e hipervalorização dos conhecimentos de 3ª ordem [memória, análise, síntese], além de desvalorização de competências e disposições chave [colaboração, criatividade, pensamento divergente, curiosidade, compaixão...], competitividade [injusta], injustiça [porque não há condições de equidade de acesso].

As saídas para este problema, que se assume como um dos maiores desafios da educação de futuro, são, segundo Matias

Alves, o acesso possível com a maioria cível, o acesso sem diploma do ensino secundário e da responsabilidade das Instituições do Ensino Superior - IES (sob patrocínio do Conselho de Reitores /Presidentes de IPP) ou que teste conhecimentos, competências, valores vitais, sem definição/ponderação de provas específicas.

A criação de um Ano I do ensino superior com função vocacional, de orientação, e clarificação das opções é outra das soluções apontadas. Matias Alves deixou à Convenção a mensagem sobre qual ele compreende ser a missão central do ensino secundário: preparar os alunos para viver, terem liberdade, responsabilidade, criatividade, compaixão e colaboração.

Após esta conferência deu-se um debate que versou sobre a vontade dos jovens para seguirem a profissão de professor no futuro, a forma de avaliação e de acesso ao ensino superior, com a procura em debate de algumas soluções para que sejam alcançadas melhores condições de atratividade.

A tarde contou com novo interlúdio musical, desta vez com Cristiano Silva e Bruno Martins, diretores da Academia Nacional de Jovens de Gião.





O segundo painel iniciou com a Conferência “A escola para a Inclusão” pela Professora Doutora Manuela Sanches Ferreira, da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, e na mesa de debate com Paulo Fortunato (CONFAP) e Júlio Silva (FNAEBS).



"Temos de entender a evolução do entendimento da educação inclusiva", começou por referir Manuela Sanches Ferreira que centrou a sua apresentação nesta questão.

A Professora da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto assumiu que a educação inclusiva precisa de ver efeitos práticos da legislação instalada,

sendo que elogiou o facto de o debate ter deixado de ser sobre "o que é a educação inclusiva? Por que é necessária?" para "como alcançar? como se faz?", sublinhando que os professores ligados à educação inclusiva vivem com ausência de recursos, de formação adequada, fazendo com que se esteja a perder algum tempo para que a inclusão seja uma oportunidade de aprendizagem e de colocação nas escolas.

"Acima de tudo é preciso passar da intenção à prática, perceber o que fazer com o D.L. nº 54/2018, para que tudo não passe apenas de algo simbólico. A inclusão tem necessidades únicas, distintas e

tem de acontecer um processo contínuo de intervenção sobre necessidades", acrescentando ainda que "temos de ter profissionais competentes, apostar na especialização dos professores e definir critérios de aprendizagem e avaliação".

Sanches Ferreira explicou depois que a nossa legislação sobre inclusão se baseia num modelo multinível e quais as suas verdadeiras implicações.

No debate que se seguiu, e que contou com várias questões da plateia, foram discutidas questões sobre educação inclusiva e quais as formas de superar o desencanto instalado sobre esta variante de ensino.

Após esta segunda Conferência, Pedro Barreiros (FNE) e Cristina Cruz (CONFAP) apresentaram e aceitaram sugestões de alteração a uma proposta de Resolução conjunta, que abrange temas como a educação inclusiva, a revisão do regime de acesso ao ensino superior e a valorização dos Professores, dos representantes dos Pais e Encarregados de Educação e dos Trabalhadores Não Docentes.





Na sessão de encerramento, Jorge Ascensão, Presidente da CONFAP, congratulou-se pelo facto de esta Convenção ter servido mais uma vez de alerta para os problemas da educação, sendo que "chegou o tempo de fazermos a diferença. Já chega de falarmos de problemas e não de soluções. Este ensino é injusto e os nossos filhos merecem mais e melhor", dizendo ainda que "uma escola para todos exige a todos nós a capacidade de criar oportunidades. Estaremos sempre do lado de quem faz bem as realidades sociais", afirmou antes de sugerir e concretizar um abraço conjunto entre todos os dirigentes máximos das entidades organizadoras da Convenção presentes, fechando em seguida a sua intervenção.

Já o Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, congratulou-se pelo trabalho feito pelos parceiros na organização desta Convenção, sempre no sentido de promover um futuro e uma educação de qualidade, deixando ainda um desafio no dia em que o novo governo tomava posse: "No dia em que se inicia esta nova legislatura desafiamos o novo governo com a nossa

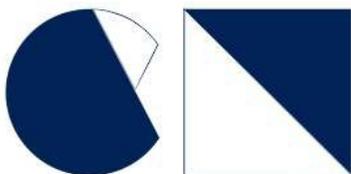
abertura para o diálogo e convergência. Estaremos sempre prontos para avançar, se estes pressupostos forem cumpridos".

A sessão terminou com a Vereadora da Educação da CMSMF, Cristina Tenreiro, a agradecer a presença desta Convenção mais uma vez em Santa Maria da Feira, num momento fundamental onde a educação tem de ser

vista, citando Néelson Mandela, "como a arma mais poderosa para mudar o mundo, sendo que estamos aqui todos hoje porque acreditamos na educação. É uma área onde temos de nos orgulhar do caminho percorrido nos últimos 50 anos, sendo que a Convenção demonstra os novos desafios que se prestam não só ao futuro, mas também já no presente".

Esta VII Convenção permitiu mais uma vez mostrar que a escola é um espaço e um tempo de aprendizagem. E que além da aprendizagem dos alunos, há também a aprendizagem dos professores, dos trabalhadores da educação e dos pais e encarregados de educação. Todos eles são chamados para novos conceitos, novas visões e novos métodos de saber e de criatividade, que aumentem as probabilidades de aprender e de dar um melhor futuro à educação.





VII CONVENÇÃO NACIONAL



GALERIA DE FOTOS

26 Out. 2019 EUROPARQUE SANTA MARIA DA FEIRA



APOIO:



AFIET



santa maria da feira câmara municipal

ORGANIZAÇÃO:



ANDAEP



CONFEP



FNAEBS



fne

5out Dia Mundial do Professor 2019

#obrigadoprofessor
#DiaMundialdoProfessor



VALORIZAR E REJUVENESCER

A PROFISSÃO

Lisboa, 14h30

Marquês de Pombal



SPZM

SPZC



SPD

SPDA



SPCL



Education Internationale de l'Education Internationale de la Educación Bildungsinternationale



Organización Internacional del Trabajo





Professores celebram o seu Dia Mundial com desfile em Lisboa

O 5 de outubro, Dia Mundial do Professor, foi celebrado em Lisboa, por milhares de docentes e educadores, vindos de todo o país, que participaram no desfile que encheu, de tarde, a Avenida da Liberdade e o Rossio, naquele que foi mais um claro sinal de força, mas também de insatisfação e de luta dos professores portugueses pela valorização e rejuvenescimento da sua profissão, mote este ano atribuído pela Internacional da Educação.

As mensagens dos docentes e educadores, neste dia comemorado pelos sindicatos da educação em todo o mundo, passaram pela exigência do cumprimento da lei e contabilização total dos 9 anos, 4 meses e 2 dias de tempo

de serviço, além de outras matérias de extrema relevância como a dos Professores Jovens: Futuro da Profissão, uma digna aposentação, a determinação clara do que é a componente letiva e não letiva, os horários e o fim da precariedade no setor.

O Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, no discurso de saudação realizado perante um Rossio repleto, começou por sublinhar que "Estamos aqui hoje, neste Dia Mundial do Professor, para afirmar a necessidade de os professores e educadores portugueses serem prestigiados, reconhecidos e valorizados. Porque sabemos que só se os educadores e professores forem reconhecidos é que estaremos a promover

uma escola melhor", acrescentando ainda que "uma declaração conjunta dos Diretores Gerais da OIT, da UNESCO e da UNICEF, afirma que esta data deve servir para comemorar a experiência, a energia e a paixão dos professores, que são a pedra angular dos sistemas educativos do futuro".

Os professores saíram à rua para denunciar a falta de justiça e de respeito, com João Dias da Silva a lembrar que "os professores também são centrais para a regeneração da própria profissão. Sem uma nova geração de professores motivados, milhões de alunos perderão ou continuarão a perder o seu direito a uma Educação de Qualidade".

O SG sublinhou ainda: "Com professores mal remunerados e subvalorizados, atrair e reter talentos é um desafio. Acima de tudo, celebramos o trabalho de todos os professores que continuam a esforçar-se todos os dias para garantir que uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e a promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos se tornem uma realidade. Uma escola melhor depende de todos nós que aqui estamos. Nós somos a escola. Nós construímos a escola", sublinhou.

A fechar, João Dias da Silva reforçou que "A valorização dos educadores e professores inclui o respeito por todos e cada um de nós; inclui a determinação de condições de trabalho nas escolas, inclui limites ao tempo de trabalho que nos é exigido, inclui o direito a uma aposentação vivida com dignidade, inclui estabilidade e segurança na profissão. Só assim teremos a garantia de uma escola de qualidade. O que está aqui em causa e o que nos mobiliza é a nossa profissão".

O Secretário-Geral da UGT, Carlos Silva, vários membros do



Secretariado Executivo da UGT, e o Secretário-Geral da FESAP, José Abraão, marcaram presença no desfile, em solidariedade com todos os educadores e professores portugueses.

O Dia Mundial do Professor celebrou os profissionais da Educação que todos os dias demonstram nas escolas de Portugal com o seu trabalho que merecem ser respeitados e prestigiados. Que não perdoam mentiras, hipocrisias nem desconsiderações. Os educadores e professores portugueses cumprem com empenho e dedicação o que são os seus

deveres. Aquilo que este desfile reforçou foi o pedido que quem de direito não deixe de cumprir as suas responsabilidades e que os docentes portugueses estão disponíveis para as lutas que forem necessárias, para garantir que lhes seja reconhecido o que é seu de direito e de justiça. E, quanto a isto, ficou dado mais um sinal de que não vão desistir.

Todos os educadores e professores portugueses aprovaram por unanimidade uma resolução, onde reafirmam total disponibilidade para participarem empenhadamente em todos os processos negociais que permitam encontrar as soluções mais adequadas para a valorização de todos os docentes, e, se necessário, para continuarem a lutar por estes objetivos.

Decidem então, como sinal da sua disponibilidade, entregar esta moção aos Partidos que obtenham representação parlamentar nas eleições legislativas de 6 de outubro de 2019 e ao Governo que delas venha a ser constituído.



5out Dia Mundial do Professor 2019

#obrigadoprofessor
#DiaMundialdoProfessor

GALERIA DE FOTOS



Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura



Education Internationale de l'Education Internationale de la Educación Bildungsinternationale



Organización Internacional del Trabajo



PN UD



Intervenção do Secretário-Geral da FNE, a fechar o desfile do Dia Mundial do Professor de 2019



Colegas

Viva os Educadores e Professores portugueses!

Viva os Educadores e Professores de todo o mundo!

Estamos aqui hoje, neste Dia Mundial do Professor, para afirmar a necessidade de os professores e educadores portugueses serem prestigiados, reconhecidos e valorizados. Porque sabemos que, só se os educadores e professores forem reconhecidos é que se estará a promover uma escola melhor.

Aliás, numa declaração conjunta de hoje dos diretores gerais da OIT, da UNESCO e da UNICEF, afirma-se que esta data deve servir para comemorar a experiência, a energia e a paixão dos professores, que são a pedra angular dos sistemas educativos do futuro.

Mas assinalam também que os professores também são centrais

para a regeneração da própria profissão. Sem uma nova geração de professores motivados, milhões de alunos perderão ou continuarão a perder o seu direito a uma educação de qualidade. Com professores mal remunerados e subvalorizados, atrair e reter talentos é um desafio.

Acima de tudo, celebramos o trabalho de todos os professores que continuam a esforçar-se todos os dias para garantir que "uma educação de qualidade inclusiva e equitativa" e a promoção de "oportunidades de aprendizagem ao longo da vida

para todos" se tornem realidades.

Uma escola melhor depende de todos os que aqui estamos. Nós somos a escola. Nós construímos a escola.

Toda sociedade sabe que é conosco, com cada um de nós em concreto, que se determina a qualidade da escola e da educação.

A valorização dos educadores e professores inclui o respeito por todos e cada um de nós; inclui a determinação de condições de trabalho nas escolas, inclui limites ao tempo de trabalho que nos é exigido, inclui o direito a uma aposentação vivida com dignidade, inclui estabilidade e segurança na profissão.

Só assim teremos a garantia de uma escola de qualidade.

O que está em causa e o que nos mobiliza aqui é a nossa profissão.

Viva os Educadores e Professores Portugueses!



Moção - “Valorizar e rejuvenescer a profissão; por uma Educação com futuro”

Em 5 de outubro de 2019, Dia Mundial do Professor, professores e educadores saíram, mais uma vez, à rua para celebrar a profissão de Professor. Mas saíram, também, para reafirmar as suas legítimas e justas reivindicações em defesa dos seus direitos, de melhores condições de trabalho e de uma escola capaz de proporcionar a todas as crianças e jovens uma educação e um ensino de qualidade, da mesma forma que nesta mesma data milhares de educadores e professores em todo o mundo comemoram a Declaração de 1966 da OIT e da UNESCO sobre a condição docente.

Este ano, sob o lema definido pela Internacional da Educação “Valorizar e rejuvenescer a profissão; por uma Educação com futuro”, os professores e educadores de Portugal reiteraram:

- A necessidade de ser respeitado o Estatuto da Carreira Docente, desde logo através da recuperação de todo o tempo de serviço que ainda falta recuperar (6 anos, 6 meses e 23 dias) e da resolução de outros problemas, como os

que resultam das ultrapassagens entre docentes com maior antiguidade por outros de menor;

- A urgência de rejuvenescimento da profissão, através de medidas que permitam a aposentação dos mais antigos, a resolução dos problemas de precariedade que subsistem, a introdução de normas que confirmem justiça aos concursos e a criação de mecanismos que constituam verdadeiros fatores de atratividade dos jovens pela profissão docente;

- O fim de todos os abusos e situações violadoras das normas legais de organização dos horários de trabalho, garantindo-se, dessa forma, que o horário semanal é, efetivamente, de 35 horas;

- A aprovação de medidas que confirmem maior qualidade ao ensino, num quadro de reforço de uma verdadeira autonomia das escolas e dos seus profissionais, designadamente, a concretização de um processo de verdadeira descentralização, uma gestão das escolas que conduza a maior participação de

toda a comunidade escolar, bem como uma efetiva redução do número de alunos por turma, condição necessária a uma educação, de facto, inclusiva.

Tendo em consideração a próxima Legislatura, professores e educadores reafirmam total disponibilidade para participarem empenhadamente em todos os processos negociais que permitam encontrar as soluções mais adequadas para a valorização de todos os docentes, e, se necessário, para continuarem a lutar por estes objetivos. Decidem, como sinal da sua disponibilidade, entregar a presente moção aos Partidos que obtenham representação parlamentar nas eleições legislativas do dia 6 de outubro de 2019 e ao Governo constituído na sequência das mesmas.

Portugal precisa de Professores e Educadores valorizados.

Os Professores e Educadores de Portugal merecem esse reconhecimento.

Lisboa, 5 de outubro de 2019
Dia Mundial do Professor



5out Dia Mundial do Professor 2019

#obrigadoprofessor
#DiaMundialdoProfessor

GALERIA DE FOTOS



SPZM Sindicato

SPZC Sindicato

SPD Sindicato

SPD Sindicato

SPD Sindicato

SPCL Sindicato

SPCL Sindicato



Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura



Education Internationale de l'Education Internationale de l'Education Bildungsinternationale



Organización Internacional del Trabajo



PNUD



Setúbal recebeu campanha **AGIMOS JUNTOS**



A campanha 'AGIMOS JUNTOS - Nas escolas temos de ter profissionais prestigiados e valorizados', passou pela cidade de Setúbal e contou com a presença do Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva, de dirigentes do SDPGL - Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo, entre os quais os Vice-Presidentes Maria José Rangel e António Sota Martins, e do STAAESRA – Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas, liderados pela Presidente, Cristina Ferreira.

O programa do dia desta iniciativa começou com uma reunião sindical que contou com a presença de vários docentes e em que foram abordadas matérias como a contagem integral do tempo de serviço

congelado; a organização do trabalho docente; a atratividade da carreira, entre outras situações da ação reivindicativa dos professores.

João Dias da Silva lembrou que a FNE se prepara para fazer chegar ao novo governo as suas propostas que constam do Roteiro para a Legislatura 2019-23 e também possíveis sugestões de alteração no Estatuto da Carreira Docente (ECD) que cumpre 30 anos e que visam valorizar a carreira de professores e educadores portugueses.

Este encontro estabeleceu um balanço das questões mais significativas para a afirmação de uma profissão docente valorizada, atrativa e compensadora, saindo reforçada a ideia de que a responsabilidade sindical passa por diminuir a falta de reconheci-

mento e colocar na agenda o grande papel da profissão docente na sociedade.

O debate permitiu ainda a identificação de algumas questões, para as quais é necessária a intervenção do sindicato, em apoio de cada professor com as suas condições particulares.

A manhã fechou com um encontro entre a delegação da FNE e o Vereador da Educação da Câmara Municipal de Setúbal, Dr. Ricardo Jorge Fialho Oliveira.

Esta reunião permitiu conhecer a perspetiva da autarquia sadina relativamente às condições que considera que devem ser contempladas no quadro de uma futura transferência de competências na área da educação para os municípios.

A FNE reforçou a ideia de que a gestão dos trabalhadores não docentes deve pertencer às escolas e que à autarquia podem ser atribuídas outras competências na ordem da educação que não coloquem em questão os espaços de decisão pedagógica que devem pertencer em exclusivo à escola.



A realidade concreta da oferta educativa no concelho foi outro dos assuntos comentados.

À tarde, a delegação da FNE foi recebida na Escola Secundária Sebastião da Gama – Sede do Agrupamento - pela sua Diretora, a Professora Fernanda Oliveira, onde, primeiro em reunião de trabalho e depois durante uma visita guiada às instalações, foram identificadas as dificuldades que esta escola sofre em função da exigência permanente de atividades administrativas, que absorvem os professores e direção da escola, em prejuízo do tempo que deveria ser respeitado para a ordem pedagógica do ensino.

O envelhecimento do quadro de docentes (cerca de 412) e as dificuldades de substituição de professores foram outras



situações apontadas, assim como a insuficiência de assistentes operacionais, pois também neste estabelecimento de ensino, o rácio para assistentes operacionais está muito abaixo do necessário, sendo considerado como mal dimensionado.

A Campanha da FNE 'AGIMOS JUNTOS' arrancou na Escola Secundária José Saramago, em Mafra, em 29 de janeiro de 2019, e já passou, em março, por Viseu, Castro Daire, Évora e Alandroal e em maio por Santarém.



PROFESSORES e EDUCADORES EM **GREVE**

a partir de 14 de outubro 2019



35 HORAS
DE TRABALHO SEMANAL,
NÃO MAIS!

**NÃO AOS ABUSOS E ILEGALIDADES
NO HORÁRIO DE TRABALHO;
O ECD TEM DE SER RESPEITADO!**

CONSULTA OS **PRÉ-AVISOS DE GREVE** EM WWW.FNE.PT

spzn
Sindicato

SPZC
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES
DA ZONA OESTE

SP
SINDICATO
LABORAL

SDD
SUL

SDPA
SINDICATO DOS PROFESSORES
DO ALENQUER

SP
SINDICATO
LABORAL

SPCL
SINDICATO
LABORAL

fne

Professores voltaram à greve ao trabalho extraordinário

A greve dos professores pelo respeito do limite de 35h de trabalho semanal, foi retomada este mês e teve efeitos de 14 a 25 de outubro de 2019.

Nesta ocasião, e em justificação desta decisão, a FNE e os restantes sindicatos de docentes reafirmaram que os professores e os educadores cumprem os seus deveres com elevado zelo, sentido de responsabilidade e reconhecido profissionalismo, pelo que consideraram ser da mais elementar justiça que todo o tempo de serviço que cumprem seja contabilizado. E reafirmaram também a necessidade de o Estatuto da Carreira Docente (ECD) ser respeitado, pelo que se impunha combater os abusos e ilegalidades que ocorrerem na determinação dos conteúdos do horário de trabalho.

Esta greve sublinhou a contradição que se regista quando, ao mesmo tempo que decidiu eliminar tempo de serviço cumprido pelos professores, o Ministério da Educação nada fez para garantir que os docentes apenas trabalhariam 35 horas semanais, conforme regime aplicável à generalidade dos trabalhadores da Administração Pública e que também está determinado no ECD, sendo inaceitável que o mesmo governo que elimina anos de trabalho aos professores imponha, em cada ano, horários que o agravam em 30%.

Com esta greve a FNE e os restantes Sindicatos de Professores procuraram garantir que o horário semanal dos docentes seja efetivamente de 35 horas e não mais, bastando, para tanto, que os professores fizessem greve sempre que lhes fosse atribuída atividade que fizesse exceder, em cada semana, aquele número de horas de trabalho.



No final do último ano letivo, as organizações sindicais de docentes tentaram dialogar com o Ministério da Educação, no sentido de as normas para elaboração dos horários de trabalho respeitarem o estabelecido no ECD e o limite semanal de 35 horas semanais, mas, no caso da FNE, o Ministério da Educação limitou-se a recusar a marcação de qualquer reunião, em contradição com o que fez com outras organizações, com quem reuniu, sem que dela resultasse qualquer efeito que pusesse cobro às situações de abuso existentes.

Desta forma e de maneira a garantir o respeito pela lei, as organizações sindicais avançaram para esta greve que incidiu sobre:

- reuniões de avaliação intercalar dos alunos, caso as atividades da escola não fosse, interrompidas para o efeito.
- reuniões gerais de docentes, bem como as reuniões de Conselho Pedagógico, Conselho de Departamento, grupo de recrutamento, Conselho de Docentes, Conselho de Turma, Coordenação de Diretores de Turma, Conselho de Curso do ensino profissional, reuniões de secretariado de provas de aferição ou de exames, bem como as reuniões convocadas para a implementação do DL 54/2018 e do DL 55/2018, designadamente as que fossem convocadas no âmbito da Portaria n.º 181/2019 (PIPP), sempre que as mesmas não se encontrassem expressamente previstas no horário de trabalho dos docentes.

- frequência de ações de formação a que os professores estivessem obrigados por decisão das escolas ou das diferentes estruturas do Ministério da Educação, quando a referida formação não fosse coincidente com horas de componente não letiva de estabelecimento marcada no horário do docente e, não sendo, a convocatória acompanhada de informação concreta de dispensa daquela componente não letiva de estabelecimento.

- atividades de coadjuvação e de apoio a grupos de alunos, em todos os casos em que as mesmas não se encontrassem integradas na componente letiva dos docentes. A greve também abrangeu a reposição de horas de formação nos cursos profissionais, sempre que fosse imposta para além das horas de componente letiva ou nas interrupções letivas, ainda que remuneradas como serviço extraordinário.

- atividades (formação, preparação, deslocação, observação, elaboração de registos e reuniões) atribuídas aos avaliadores externos, no âmbito da avaliação de desempenho dos professores, sempre que lhes fossem impostas para além das horas de componente não letiva de estabelecimento, ainda que remuneradas como serviço extraordinário, ou, ainda que integrassem aquela componente, quando obrigassem a alterações na organização da componente letiva, como a realização de permutas ou a marcação de aulas para tempos diferentes dos previstos no horário estabelecido.

FNE sublinhou a importância do diálogo social

No elenco governamental que o Primeiro-Ministro indigitado anunciou, manteve-se no Ministério da Educação o Ministro que tutelou o setor na Legislatura anterior.

Não estando em causa a escolha das pessoas que foram chamadas ao desempenho de responsabilidades governamentais, o que importa, para a FNE, é que as políticas que sejam desenvolvidas respondam a práticas consistentes de diálogo social, de concertação e de busca partilhada de soluções para os problemas identificados.

O Ministro da Educação parte para esta Legislatura com um forte conhecimento dos pontos de estrangimento, das dificuldades e dos problemas que importa solucionar.

O que a FNE pode afirmar nesta ocasião é que manterá a disponibilidade para um diálogo permanente, no sentido de que, pela legislação que vier a ser estabelecida na nova Legislatura se garanta que o sistema educativo se organiza no sentido da mais elevada qualidade das ofertas educativas.

Ora, essa qualidade das ofertas educativas está indissociavelmente ligada ao investimento que se fizer na valorização dos docentes e dos não docentes.

Em relação aos não docentes, a FNE tem sido constante na determinação da importância da definição das respetivas carreiras especiais, com reconhecimento



dos conteúdos funcionais específicos que estão associados às suas responsabilidades dentro das escolas, sem esquecer a necessidade da revisão da Portaria dos rácios que define o número de não docentes que devem estar afetos a cada escola. Depois, e particularmente em relação aos docentes, impõe-se registar que a FNE se tem empenhado também nas várias dimensões em que se tem de afirmar a respetiva valorização.

Mas neste início de Legislatura FNE quer afirmar o seu especial envolvimento na determinação de políticas de rejuvenescimento da profissão. Este é um esforço que tem de ter tradução em outras políticas que sejam congruentes com esta, desde o investimento na formação inicial, o envolvimento de docentes com mais experiência no enquadramento profissional dos mais jovens, a entrada nos quadros destes docentes mais jovens, o

crescimento da remuneração de entrada na carreira, o apoio à fixação nas periferias, a adoção de políticas fiscais que atenuem os custos das deslocações para e do local de trabalho, os custos dos equipamentos e materiais indispensáveis à atividade profissional, afinal a atratividade da profissão. Não teremos jovens a frequentar os cursos de formação de professores se não os atrairmos para essa opção profissional.

Para a FNE, o que importa é que seja possível valorizar e prestigiar a escola e os seus profissionais, promover a autonomia da escola e dos seus profissionais.

Para estes desafios, o Ministro da Educação e o Governo podem contar com as propostas da FNE.

Para estes desafios, é fundamental que se comece por privilegiar a via do diálogo e da concertação.

NÃO DOCENTES

O Dia Nacional do Pessoal de Apoio Educativo – PND



No próximo dia 23 de novembro, vai realizar-se, na cidade de Ponta Delgada, a data comemorativa da publicação do DL 515/99 de 24 de novembro, diploma que finalmente veio reconhecer aos antigos Contínuos e Pessoal Auxiliar das Escolas Públicas, uma carreira com conteúdos funcionais estabelecidos em diploma legal, o D.L. n.º 515/99, com o reconhecimento da carreira de Auxiliar de Ação Educativa, bem como aos administrativos a carreira de Assistente de Administração Escolar.

O D.L. N.º 515/99 reconhecia a especificidade das funções dos Trabalhadores Não Docentes da Educação, no caso dos Auxiliares de Ação Educativa, e agora Assistentes Operacionais e dos Assistentes de Administração Escolar, agora Assistentes Técnicos, funções que vão muito além das funções de limpeza das instalações e das funções meramente administrativas, são complementadas igualmente com um importante contacto

diário com os alunos, bem como o contacto com os pais e encarregados de educação, relacionamento esse que permite despistar muitas situações de violência doméstica a que os alunos podem estar sujeitos, bullying no espaço escolar, não esquecendo as situações de pedofilia e carência alimentar.

E são estas situações a que alguns alunos poderão estar sujeitos, como infelizmente sucede, situações que estes Trabalhadores da Educação poderão e deverão detetar atempadamente e posteriormente promover todo o apoio na integração destes jovens na Comunidade Educativa.

Eis o que o Ministro da Educação que vai reiniciar funções, deve ter em atenção: o papel preponderante do Pessoal de Apoio Educativo no espaço escolar.

Veja Senhor Ministro, a reação que as Associações de Pais estão a promover com o encerramento das escolas pela falta de Assistentes Operacionais no início deste ano letivo, movimento que demonstra o reconhecimento que os pais constatarem no papel que estes trabalhadores da educação desempenham na Comunidade Educativa, não esquecendo de o lembrar uma vez mais o quanto errado está o diploma dos rócios nas escolas públicas, mas deixaremos este assunto para outra oportunidade.

Ainda um último alerta ao Senhor Ministro da Educação

Promova formação para o Pessoal de Apoio Educativo e terá de certeza uma escola ainda melhor.

João Ramalho
Presidente do STAAE-ZC



Dignificar o diálogo social e a negociação coletiva



O Grupo de Trabalho de Educação e Competências do TUAC (Comité Sindical Mundial que serve de interface com a OCDE) reuniu na sede desta organização, em Paris, em 16 e 17 de setembro de 2019, com a presença do Secretário-Geral, o francês Pierre Habbard.

O primeiro tema da sessão foi uma atualização por Esther Carvalhaes (OCDE) do projeto Educação 2030, que começou em 2015, que vê o currículo como um instrumento transnacional, em que os países querem aprender uns com os outros.

Respondendo de antemão à habitual preocupação dos sindicatos quanto a este projeto, Esther repetiu estarem à procura de um currículo flexível, adaptativo e não prescritivo, e que o objetivo é o de construir um quadro de aprendizagem, e não um quadro de avaliação.

A OCDE fez questão de frisar que tem trabalhado em estreita colaboração com Martin Henry (IE - Internacional da Educação) e que este projeto está tão interessado no bem-estar de professores como no bem-estar dos alunos.

Por sua vez, Martin Henry recordou que não é possível trabalhar sobre professores sem a imprescindível colaboração dos seus sindicatos que, por sinal, se mostraram bastante relutantes em distinguir um quadro de aprendizagem dum quadro de avaliação, assim como as suas respetivas implicações.

O tema seguinte foi o da implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU 2030, no diálogo social e as desigualdades, por Diego González (CES – Confederação Europeia de Sindicatos) e o PISA para o Desenvolvimento, por Catalina Covacevich (OCDE). Diego González questionou se o Diálogo Social (DS) estaria mesmo a

ser utilizado a nível mundial, uma vez que uma análise sindical da Confederação Sindical Internacional - CSI (a voz global dos trabalhadores) feita à implementação dos ODS revelou, entre outros aspetos, que existe nos vários continentes uma limitada transparência na informação prestada, uma consulta reduzida e pouca integração do DS, pelo que urge haver um maior reconhecimento dos sindicatos pelos diversos governos, até porque é nos sindicatos onde predomina uma maior e mais efetiva informação sobre esta questão.

A avaliação global da CSI apresenta o seguinte resultado: Transparência: acesso regular a informação limitada, acesso irregular ou inexistência de acesso a informação; Consulta: consulta estruturada, processo de consulta ad-hoc ou inexistente e falta de interação; Diálogo Social: as contribuições individuais de parceiros sociais e/ou governos nacionais não envolvem os parceiros sociais na definição e implementação de um plano nacional sobre os ODS.

Catalina Covacevich (OCDE) tomou, a seguir, a seu cargo o PISA para o desenvolvimento (PISA-D), que é uma versão estendida do PISA a países menos desenvolvidos, lançada em 2014 e com cinco fases de implementação até 2020.

Para a OCDE, os principais desafios para o uso efetivo do PISA em contextos destes países foram a falta de capacidade institucional e resultados menos relevantes devido a uma amostra não representativa de jovens com 15 anos de idade e a aglomeração de estudantes em níveis de proficiência baixos.

Sindicatos e Educação de Adultos

Apresentando a publicação da OCDE “PISA for Development Project Completion Report”, Catalina Covacevich realçou que um dos grandes focos do programa é o abandono escolar e o porquê de ele ser tão alargado. O financiamento do projeto para os custos internacionais foi constituído por uma combinação de contribuições dos países do PISA-D, parceiros de desenvolvimento e fundações e empresas privadas, incluindo o Banco Mundial e a Microsoft. Os países participantes do PISA-D são oito, a saber: Camboja, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Senegal e Zâmbia.

No período de debate, Martin Henry (IE) salientou que o PISA e o PISA-D são a mesma coisa. Catalina frisou por sua vez as dificuldades nos questionários a alunos naqueles países, que maioritariamente não se sentem integrados na escola, devido a múltiplos problemas sociais e também a problemas de língua. A perita da OCDE revelou que os países do PISA-D pagam bastante menos para entrarem no programa que os países do PISA, contribuindo os primeiros com basicamente o preço da implementação do projeto nos seus territórios.

Elizabeth Shuey e Rowena Phair (OCDE) abordaram diversas questões relacionadas com o TALIS Starting Strong 2018 (Estudo Internacional sobre Aprendizagem Precoce e o Bem-Estar da Criança), que envolve trabalhadores da educação e líderes escolares, que trabalham em educação e cuidados na primeira infância, administrados

em estabelecimentos pertencentes ao nível 0.2 da CITE – Classificação Internacional Tipo da Educação (ensino pré-primário direcionado a crianças de 3 anos até ao início do 1º ciclo) e, como opção, centros de prestação de serviços destinados a crianças com menos de 3 anos.

Os principais temas deste estudo internacional (que integra Estónia, Inglaterra e EUA) incidem sobre a interação com a criança (qualidade do processo de interação educadora-criança e monitorização e avaliação do desenvolvimento das crianças, bem-estar e aprendizagem), características dos centros escolares (características estruturais de qualidade, liderança pedagógica e administrativa, clima e relações com as partes interessadas), características do líder e da sua equipa (antecedentes e preparação inicial, desenvolvimento profissional, bem-estar, crenças profissionais sobre desenvolvimento infantil, bem-estar das crianças, aprendizagem e autoeficácia) e o tema transversal da equidade e diversidade no grupo de crianças.

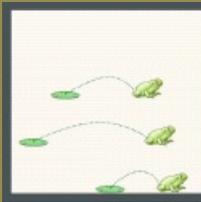
As perguntas deste estudo relativas ao seu público-alvo infantil são realizadas através de histórias e jogos, em tablets simples e intuitivos, sem exigência de experiência anterior, sem qualquer atividade de leitura ou escrita e com uma abordagem personalizada, uma vez que cada criança desenvolve as atividades com o apoio de um adulto [\(brochura\)](#).

A reunião prosseguiu com a Educação de Adultos: Desafios de políticas e atividades dos sindicatos, nomeadamente a continuação da discussão do draft de 13 de setembro de 2019 do TUAC, intitulado UNIONS and SKILLS II – Why social dialogue and collective bargaining matter for skills systems and training provision.

O propósito deste documento é o de alimentar o trabalho da OCDE, seus membros e além deles, e reforçar a necessidade de incluir os sindicatos como parceiros essenciais em discussões futuras sobre emprego, competências e mudanças tecnológicas.

A OCDE vai publicar neste outono de 2019 um volume independente sobre negociação coletiva. O capítulo em discussão explora o vínculo entre negociação coletiva, a voz e qualidade do trabalho dos trabalhadores, com um foco específico na sua dimensão não monetária, ou seja, a qualidade do ambiente de trabalho. Neste sentido,

Anna Byhovskaya, do secretariado do TUAC, fez duas solicitações aos sindicatos presentes: uma sobre exemplos de negociação coletiva com impacto positivo na qualidade do ambiente de trabalho dos trabalhadores; a outra sobre boas práticas sindicais a respeito de Sindicatos, Competências e Formação de trabalhadores no âmbito da Educação de Adultos.

		
<p>Toca no sapo que deu o salto mais alto</p>	<p>Toca no primeiro da fila para entrar no autocarro</p>	<p>Identifica (usando emojis) o que é que a tartaruga Ruby sentiu quando o amigo pássaro e o amigo coelho foram embora.</p>



Os desafios da Inteligência Artificial

John Bangs e Anna Byhovskaya fizeram um resumo sobre a avaliação do TUAC ao relatório Education at a Glance 2019, da OCDE. No debate, a representante do Japão, Fumiyo Fukuzawa (JTU), notou que os professores japoneses trabalham mais de 50 horas, que os jovens no Japão não querem ser professores e que à custa disso as turmas tornaram-se enormes.

Por sua vez, o representante de Inglaterra referiu que no seu país as escolas independentes e os seus diretores recebem muito dinheiro, pelo que Rob Weil (American Federation of Teachers - AFT) acrescentou que em Nova Orleães existem escolas a receberem muito financiamento, mas não os professores. Infelizmente, rematou John Bangs, o financiamento ir para escolas mas não para professores “é uma tendência que parece estar a alastrar”.

O foco da OCDE no Renascimento dos Cursos de Aprendizagem

(Apprenticeships) foi o último tema do dia 16, apresentado pelo habitual Anthony Mann (OCDE), que centrou uma parte da sua apresentação em questões relacionadas com a importância crucial destes cursos para migrantes ou jovens em risco. Para Anthony Mann, os cursos de aprendizagem eram, em muitos países, habitualmente relevantes para um pequeno número de ocupações, mas estão agora mais diversificados e mais atrativos para os empregadores, devido a uma tendência de equilíbrio entre custo e benefício, ajustamento de salário dos aprendizes e dos programas de formação, ou reorganização no lugar da posição a ocupar dentro das companhias.

Os projetos futuros da OCDE neste âmbito vão incidir em cursos de aprendizagem para adultos, pelo que o representante da Finlândia ressaltou que o seu país tem hoje uma lei comum para Jovens e para Adultos e que a maior parte dos cursos de aprendizagem na Finlândia se destinam a adultos.

Na Atualização sobre os fluxos de trabalho em andamento do TUAC e o mandato de Vice-Presidente do Grupo de Trabalho sobre Educação e Competências (discussão fechada só para sindicatos), o SG do TUAC revelou que todos haviam concordado com a sua ideia de poderem vir a contar com um Vice-Presidente (Vice-Chair) neste grupo de trabalho. Ninguém ousou levantar o braço, mas as candidaturas estarão abertas até 31 de outubro de 2019 e os nomes serão levados a reunião em 10 de dezembro próximo para ser consumada a escolha definitiva.

Pierre Habbard falou depois das reuniões do TUAC com o G20 e o G7,

afirmando que os governos não estão a cooperar nestes fóruns, o que tem muito que ver com as posições flutuantes da Administração dos EUA no mapa das relações internacionais.

A pedido de John Bangs trocou de seguida algumas impressões sobre as relações entre a OCDE, a Rússia e a China, resumindo a questão num ponto essencial: (não só por questões financeiras) a OCDE está pressionada a alargar os seus membros e o seu âmbito para Oriente, uma vez que a influência tradicional dos países do norte Atlântico se está a perder. O Brasil, que já participa com a Índia em vários comités, poderá entrar num processo de ingresso no próximo ano, mas a China é indubitavelmente crucial para o futuro da OCDE.

Pierre Habbard confidenciou que no respeitante à Rússia existe uma janela aberta para a entrada, mas desde o conflito na Ucrânia os países europeus da OCDE e os EUA cortaram as asas a tal pretensão. Um desafio adicional respeita a Donald Trump que, por mais de uma vez, ameaçou deixar a OCDE, o que provocaria um rombo inevitável nas finanças e na capacidade influenciadora da instituição.

Alistair Nolan (OCDE) trouxe de novo à baila o tema e os desafios da Inteligência Artificial (IA): Convergência com outras tecnologias e uso entre setores (https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/artificial-intelligence-in-society_eedfee77-en). [intelligence-calls-for-a-fair-transition-through-social-dialogue/](https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/artificial-intelligence-in-society_eedfee77-en)), resumidas no slogan Going Digital? Go Inclusive!



JAnn Vourc'h (OCDE) abordou algumas Experiências Nacionais com Modelos de Aprendizagem Individual, focando-se mais concretamente em modos e métodos de financiamentos destinados a facilitar a formação de trabalhadores. Segundo ela, há uma renovação de interesse em vários países principalmente no que respeita à disponibilização de contas e vouchers para formação. Estes modelos são extremamente úteis, porque (por exemplo) o crescimento das novas formas de emprego implica, para muitos trabalhadores, uma exigência de maior mobilidade e menos qualidade no trabalho, consequentemente menor oportunidade para o acesso a formação.

3 recomendações sobre emprego

Ann apresentou sete casos de estudo em alguns países: Bildungskonto /Austria; CPF / França; Carta Ila /Tuscânia; Skills Future Credits / Singapura; ILA-ITA / Escócia; US ITA / Michigan e Washington States; e por fim um caso nacional: Cuque Formação / Portugal (2017). De todos estes o da Áustria foi o único

que emergiu num contexto participado pelos parceiros sociais, tendo os restantes surgido da iniciativa dos governos. Os exemplos dados apresentaram três tipos de esquema/oferta:

- 1) Contas de poupança individuais para formação;
- 2) Contas de aprendizagem individuais;
- 3) Uso de vouchers - pagamentos governamentais diretos aos provedores de formação escolhidos pelos trabalhadores, modalidade que geralmente requer uma contribuição do indivíduo. Ann frisou que a participação nestas modalidades varia muito de caso para caso e de país para país, permanecendo no geral bastante modesta.



De um modo muito resumido, Chloé Touzet e Andrea Garneró (OCDE) abordaram o tema do Futuro do Trabalho: Negociação Coletiva e qualidade do emprego, em que a organização está muito empenhada, juntamente com o TUAC, focando-se ambas mais especificamente no tema da Saúde e Segurança no Trabalho. Há um relatório da OCDE neste âmbito (<https://www.oecd-ilibrary.org/employment/oecd-employment-outlook-2017/collective-bargaining-in-a-changing->

[world-of-work_empl_outlook-2017-8-en](https://www.oecd-ilibrary.org/employment/oecd-employment-outlook-2017/collective-bargaining-in-a-changing-)) e foi mais uma vez solicitada a colaboração das organizações sindicais, com casos práticos da sua ação nos diversos países.

Os dados mais recentes da OCDE sobre Emprego encontram-se no relatório Employment Outlook 2019 (<https://www.oecd-ilibrary.org/employment/oecd-employment-outlook-19991266>), que foi publicado em abril deste ano, e sobre o qual o TUAC redigiu a sua própria visão e recomendações, num documento de conhecimento obrigatório para as organizações sindicais (<https://tuac.org/news/oecd-employment-outlook-calls-for-a-transition-agenda-that-works-for-all-and-to-tackle-the-misclassification-of-workers/>).

O último ponto a ser considerado nesta reunião teve que ver com uma revisão do primeiro volume já publicado (e debatido em Portugal) do TALIS 2018 e o inquérito ao Conhecimento do Professor (<http://www.oecd.org/education/talis-2018-results-volume-i-1d0bc92a-en.htm>). Karine Trembley e Pablo Fraser (OCDE) passaram em revista os resultados e anunciaram que o volume dois tem publicação prevista para 25 de março de 2020.

A próxima reunião do TUAC está marcada para 13 e 14 de fevereiro de 2020, em Paris.



FNE no 4º Fórum do EQAVET em Helsínquia



A FNE representou o Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), como Parceiro Social por parte dos sindicatos da educação da Europa, no 4º Fórum do EQAVET (Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais), intitulado Como é que a garantia da qualidade ajuda os adultos a transformar as suas ideias em realidade, que decorreu no dia 16 de outubro de 2019, no Amiedu Centre (de Educação de Adultos) em Helsínquia, Finlândia, integrado

no programa oficial da Semana Europeia do Ensino Profissional, da Comissão Europeia.

De parte dos empregadores europeus, a representação coube à alemã Gertrud Hirtreiter, da Associação Central Alemã de Ofícios, membro da Associação Europeia de Ofícios e PME (SMEunited).

Os dois representantes dos parceiros sociais tiveram um papel interventivo no painel da tarde, à volta de duas questões

essenciais em toda a Europa: a primeira sobre quais serão os papéis dos parceiros sociais quando os alunos construírem os seus próprios caminhos de aprendizagem, para atender às suas próprias necessidades de qualificação, a segunda a respeito de quais serão os (novos) papéis mais importantes dos professores no futuro.

Integraram ainda este painel Mika Tammilehto (Diretor Geral do Ministério da Educação e Cultura da Finlândia), dois professores do Amiedu Centre, Oliver Erlich (aluno da Universidade de Tallinn, especialista em cibersegurança), Fiona Maloney (Provedores Europeus de Ensino e Formação profissional) e Koen Bois d'Enghien, da Comissão Europeia.





O Fórum do EQAVET, que tem o secretariado em Dublin, começou com três sessões paralelas sobre a sua própria ação, seguindo-se uma sessão especial sobre a Experiência Finlandesa – a Educação de Adultos na Finlândia: o apoio a uma aprendizagem ao longo da vida, melhorando a coerência e equidade sociais, aprimorando a base de conhecimento e as competências dos adultos.

Uma das sessões paralelas foi dinamizada pela Dr^a Maria Emília Galvão, perita do EQAVET, que já passou pelo Ministério da Educação português e pela ANQEP.

As três oficinas abordaram a importância crescente de uma aprendizagem flexível, as mudanças no papel dos professores e da sua própria avaliação e, por fim, políticas de reforço de inclusão e desenvolvimento do aconselhamento de carreiras.

Por volta do meio-dia, os participantes foram divididos em três grupos e fizeram uma visita guiada às salas de aula do Amiedu Centre, onde trocaram breves palavras com alguns alunos e professores.

Este centro, que oferece 80 qualificações vocacionais e cerca de 40 programas certificados, disponibiliza, a 4 mil estudantes por dia, incluindo imigrantes, um enorme leque de ofertas para adultos, em áreas tão diversas como a saúde, comércio, tecnologias de informação, hotelaria, línguas, construção civil ou cursos destinados a cuidadores de animais.

Na parte da tarde, dissecaram-se mais duas experiências educativas: o caso de sucesso europeu da Estónia na estratégia digital e o caso da Hungria, centrado no reforço de políticas de inclusão e de aconselhamento de percursos de qualificação.

A Recomendação do EQAVET - Quadro de Referência Europeu

de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais surgiu em 2009 e só começou a ser implementada em Portugal em 2014, tendo como aspetos de maior dificuldade o acompanhamento do percurso dos diplomados e a utilização das competências.

A Recomendação relativa ao acompanhamento do percurso dos diplomados, adotada pelo Conselho de Educação, Juventude, Cultura e Desporto de 20-21 de novembro de 2017, veio contribuir de maneira decisiva para a melhoria da adequação entre as competências dos diplomados e as competências que a economia e o mercado de trabalho realmente necessitam.

Na questão da garantia da qualidade é necessário existir um foco na importância primordial do papel do professor, providenciando-lhe oportunidades de acesso tanto a um desenvolvimento profissional contínuo como a vias de requalificação.



FNE na Macedónia do Norte com a Aliança Europeia para a Aprendizagem



A convite da Aliança Europeia para a Aprendizagem (EAfA - Comissão Europeia), a FNE participou no 4º Seminário Regional para Países Candidatos, dedicado ao "Envolvimento de PME's na Aprendizagem em Contexto de Trabalho", que decorreu em 25 e 26 de setembro de 2019, na Escócia, Macedónia do Norte, numa organização conjunta com a Fundação Europeia para a Formação (ETF).

O seminário centrou-se na análise e no modo como envolver as PME's na formação em contexto de trabalho, explorando cinco objetivos principais: partilhar a experiência da Macedónia do Norte durante as três visitas locais; aprofundar a compreensão dos desafios e oportunidades dos sistemas de aprendizagem no trabalho; aprender com as boas práticas e exemplos de sucesso da EAfA; partilhar o desenvolvimento recente dos países parceiros; explorar um alinhamento mais estreito com os países parceiros com a EAfA; e considerar a implementação a médio prazo dos documentos políticos assinados em Riga, em 2015, onde a FNE oficializou a sua adesão à Aliança.

Discutiram-se também os mais recentes desenvolvimentos de políticas educativas em aprendizagem em contexto de trabalho (Work Based Learning) nos cinco países candidatos à UE (Albânia, Macedónia do Norte, Montenegro, Turquia e Sérvia), partilhando experiências, constrangimentos e desafios entre eles e os membros da EAfA, que agrega, entre outros, governos, associações empresariais, empresas individuais, parceiros sociais, sindicatos da educação, municípios, universidades, regiões, escolas de ensino profissional, investigadores, organizações juvenis ou grupos de reflexão, com a meta comum de fortalecer a qualidade, a oferta, a imagem e a mobilidade dos aprendizes na Europa.

No momento atual, a Macedónia do Norte é, de entre os cinco, aquele que mantém um cumprimento mais abrangente das exigências requeridas pela UE, nomeadamente em matéria de Educação.

Os países candidatos, que apresentaram um pedido formal de adesão à UE (artigo 49º do Tratado da UE) beneficiam de ajudas de pré-adesão

no âmbito das negociações de adesão, visando suportar os enormes investimentos necessários e decorrentes da adaptação das normas, que assegurem o respeito do acervo comunitário à data da adesão.

Arber Adami, Ministro da Educação da Macedónia do Norte, frisou que o seu país tinha lançado este ano um novo currículo e implementado o conceito de educação dual, enquanto Christine Westphal (CE) sublinhou que, atualmente na Europa, há falta de trabalhadores qualificados tanto no setor público como no setor privado.

Por sua vez, Matilda Naco (Albânia) confidenciou que a lei do seu país não responde aos desafios atuais da qualificação da força de trabalho.

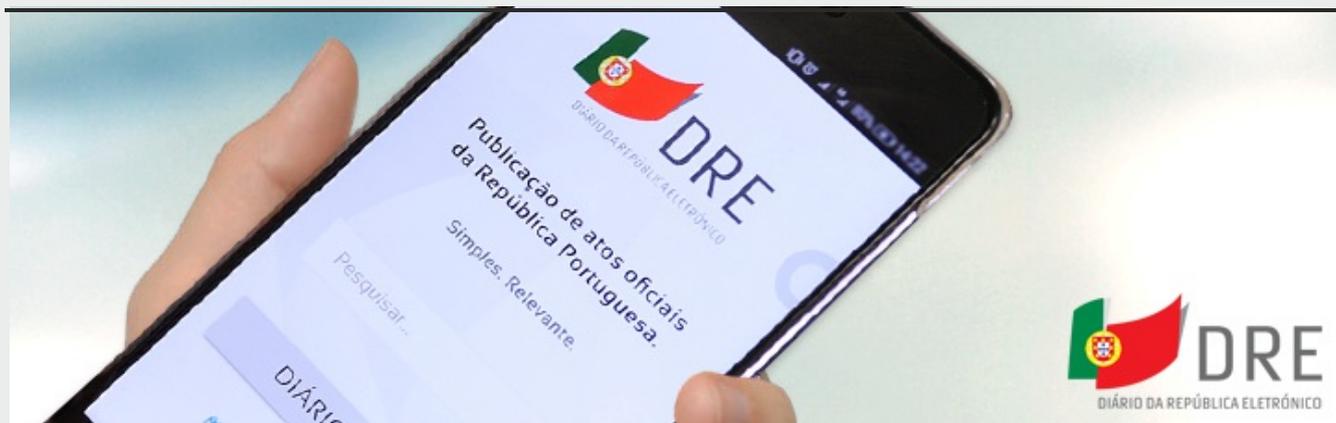
Muito relevante foi a intervenção de Sari Turunen-Zwinger, que apresentou as perspetivas da Presidência finlandesa do Conselho da UE, salientando alguns conceitos-chave.

A Presidência finlandesa colocou o seu foco em negociações avançadas do Erasmus, na promoção de uma aprendizagem contínua, numa educação orientada para o futuro, na promoção do investimento em capital humano, no reforço da equidade, igualdade e eficácia e numa cooperação reforçada entre educação e pesquisa.

Até ao momento, a EAfA mobilizou 36 países, incluindo 27 Estados-Membros da UE, 294 partes interessadas e todos os países candidatos, para participarem num programa de promoção de aprendizagens de qualidade.

O próximo seminário EAfA / ETF com os países candidatos está agendado para o próximo ano, na Sérvia.

Diplomas publicados em Diário da República outubro de 2019



[Despacho n.º 8723/2019](#)

[Diário da República](#)

[n.º 189/2019,](#)

[Série II de 2019-10-02](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro
Determina o encerramento compulsivo do Instituto Superior de Novas Profissões, fixando as condições e prazos em que o mesmo deve ter lugar.

[Declaração de Retificação](#)

[n.º 47/2019 - Diário da República](#)

[n.º 190/2019, Série I de](#)

[2019-10-03](#)

Assembleia da República
Declaração de Retificação à Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro, «Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva».

[Declaração de Retificação](#)

[n.º 48/2019 - Diário da República](#)

[n.º 190/2019,](#)

[Série I de 2019-10-03](#)

Assembleia da República
Declaração de retificação à Lei n.º 90/2019, de 4 de setembro, «Reforço da proteção na parentalidade, alterando o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.os 89/2009, de 9 de abril, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, e 91/2009, de 9 de abril, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade».

[Despacho n.º 8763/2019](#)

[Diário da República](#)

[n.º 190/2019, Série II](#)

[de 2019-10-03](#)

Educação - Direção-Geral da Educação
Manutenção das equipas multidisciplinares da Direção-Geral da Educação.

[Declaração de Retificação](#)

[n.º 51/2019](#)

[Diário da República n.º 192/2019,](#)

[Série I de 2019-10-07](#)

Assembleia da República
Declaração de retificação à Lei n.º 96/2019, de 4 de setembro, «Estabelece a gratuidade dos manuais escolares na escolaridade obrigatória na rede pública do Ministério da Educação, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto, que define o regime de avaliação, certificação e adoção aplicável aos manuais escolares e outros recursos didático-pedagógicos do ensino básico e do ensino secundário, bem como os princípios e objetivos a que deve obedecer o apoio socioeducativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares».



[Portaria n.º 353/2019](#)

[Diário da República n.º](#)

[192/2019, Série I de 2019-10-07](#)

Finanças, Administração Interna, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Educação, Infraestruturas e Habitação e Ambiente e Transição Energética

Altera as Portarias n.º 138/2009, de 3 de fevereiro, [condições de atribuição do «passe escolar 4_18@escola.tp»] e n.º 982-B/2009, de 2 de setembro, na sua redação atual

[condições de atribuição do «passe [sub23@superior.pt](#) »]

[Portaria n.º 357/2019](#)

[Diário da República](#)

[n.º 193/2019,](#)

[Série I de 2019-10-08](#)

Justiça e Educação

Regulamenta as comunicações eletrónicas entre os tribunais judiciais e as escolas da rede pública tutelada pelo Ministério da Educação.

[Portaria n.º 359/2019](#)

[Diário da República](#)

[n.º 193/2019,](#)

[Série I de 2019-10-08](#)

Educação

Procede à regulamentação da modalidade de ensino a distância, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, definindo as regras e procedimentos relativos à organização e operacionalização do currículo, bem como o regime de frequência.

[Deliberação n.º 1050/2019](#)

[Diário da República](#)

[n.º 193/2019,](#)

[Série II de 2019-10-08](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão de Reconhecimen-

to de Graus e Diplomas Estrangeiros

Reconhecimento automático de diplomas de cursos de ensino superior não conferentes de grau académico, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto.

[Despacho n.º 9124/2019](#)

[Diário da República](#)

[n.º 195/2019,](#)

[Série II de 2019-10-10](#)

Educação - Gabinete do Ministro Apoio financeiro aos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública para aquisição de material didático, no ano letivo 2019/2020.

[Regulamento n.º 806-A/2019 -](#)

[Diário da República](#)

[n.º 197/2019,](#)

[1.º Suplemento,](#)

[Série II de 2019-10-14](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

Alteração ao Regulamento do Emprego Científico.

[Despacho n.º 9348/2019](#)

[Diário da República](#)

[n.º 199/2019,](#)

[Série II de 2019-10-16](#)

Educação - Direção-Geral da Administração Escolar

Subdelegação de competências nos diretores dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas e nos presidentes das comissões administrativas provisórias, para a realização dos procedimentos concursais comuns restritos a candidatos no âmbito do PREVPAP.

[Declaração de Retificação](#)

[n.º 53-A/2019](#)

[Diário da República](#)

[n.º 201/2019, 1.º Suplemento,](#)

[Série I de 2019-10-18](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Retifica a Portaria n.º 258/2019, de 19 de agosto, da Educação, que cria o Programa «Cuida-te +» e aprova o respetivo Regulamento da Rede, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 157, de 19 de agosto de 2019.

[Despacho n.º 9487/2019](#)

[Diário da República](#)

[n.º 202/2019,](#)

[Série II de 2019-10-21](#)

Educação - Direção-Geral da Educação

Lista de entidades acreditadas como avaliadoras e certificadoras de manuais escolares para o ano de 2019.

[Despacho n.º 9740/2019](#)

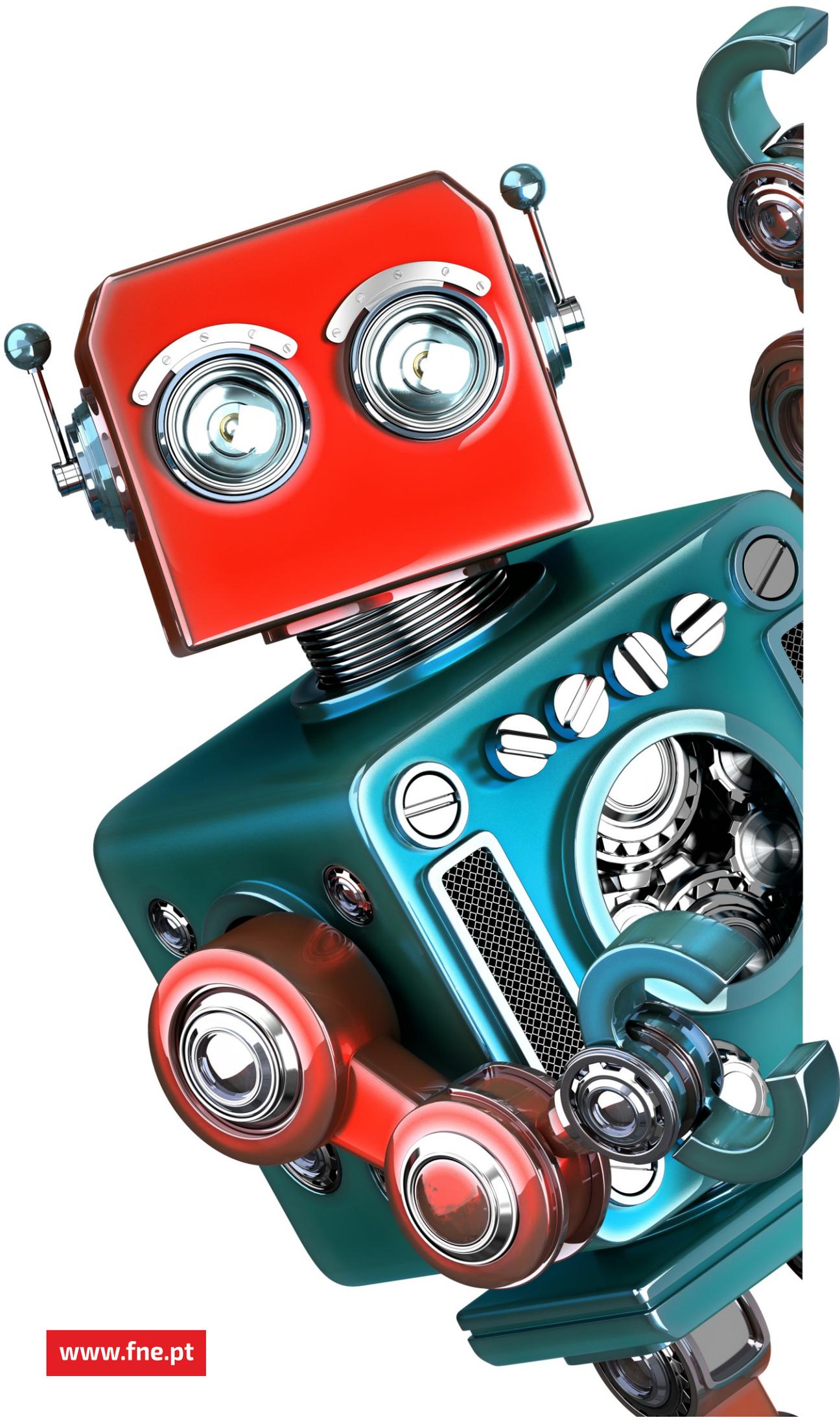
[Diário da República](#)

[n.º 206/2019,](#)

[Série II de 2019-10-25](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Procede à segunda alteração ao Despacho n.º 13057/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 209, de 31 de outubro de 2019, alterado pelo Despacho n.º 2061/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 41, de 27 de fevereiro de 2018, que fixa as orientações para o financiamento dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais a suportar pelo Orçamento do Estado.



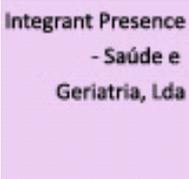
www.fne.pt



+Vantagens

Protocolos

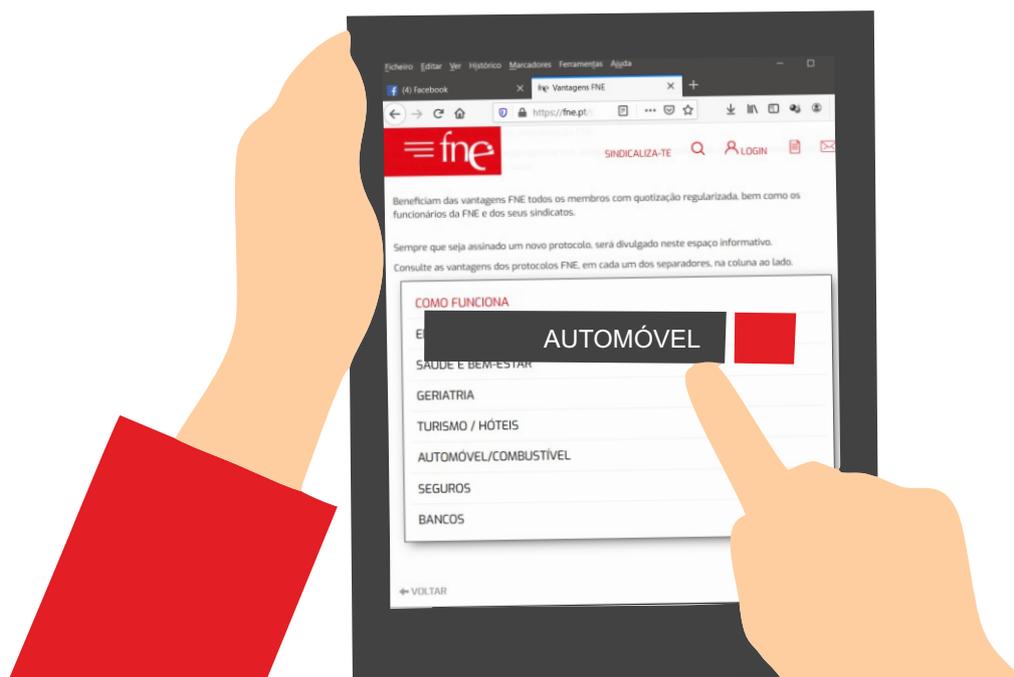
outubro 2019

	LOCALIZAÇÃO	DESCONTO ASSOCIADO
 <p>A Integrant Presence Clínica Belorizonte Centro Médico Integrado</p>	Anadia	Cobertura de consulta em regime AMP (Atendimento Médico Permanente), pelo valor de 15,00€; 25% de desconto em consultas de Medicina Geral e Familiar (agendamento prévio); 25% em Consultas ao Domicílio; 10% em todas as Consultas de Especialidade; 10% em Fisioterapia; 10% em todos os Atos de Enfermagem; 10% em todos os Meios Complementares de Diagnóstico
 <p>AirlineShoes International, Unip. Lda</p>	Maia	10% desconto - online
 <p>Clínica Central da Areosa</p>	Porto	10% a 15% desconto
 <p>Clínica Central do Bonfim, S.A.</p>	Porto	15% sobre a tabela geral de preços exceto das próteses dentárias e anestesia nos serviços de colonoscopia e endoscopias
 <p>Clínica do Cértoma</p>	Anadia	10% de desconto

	LOCALIZAÇÃO	DESCONTO ASSOCIADO
 Galp Frota Bussiness Cartões de Desconto	Todo o País	4 cts/Lt - inferior a 30 litros 6 cts/Lt - iguais ou superiores a 30 litros 7 cts/Lt - iguais ou superiores a 30 litros (se tiver consumo superior a 120 lts no mês anterior)
 Saint Gobain Autover Portugal (Glassdrive)	Rede Glassdrive	20% sobre o preço ao público; 10% rede Glassdomus; 10% na linha de produtos Drive Care by Glassdrive (Produtos de manutenção e limpeza automóvel à venda em toda a rede Glassdrive)

TODAS AS VANTAGENS

<https://fne.pt/pt/go/federacao-vantagens-fne>



FICHA TÉCNICA
OUTUBRO 2019

proprietário
Federação Nacional da Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado
Teresa Morais

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato

Democrático dos Professores do Sul * Sindicato Democrático dos Professores dos Açores * Sindicato Democrático dos Professores da Madeira * Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro * Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 * fax. 225 092 906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação
Rafael Marques e Tiago Soares





fórum

MAIS UNIDOS E MAIS FORTES
POR UMA AÇÃO SINDICAL DE
REFORÇO DOS SINDICATOS E
VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS



LISBOA
8 e 9 de novembro de 2019
Hotel Barcelona